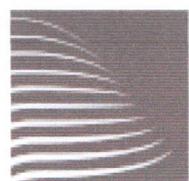


**Anexo às Demonstrações
Financeiras**



FUNDAÇÃO
MARIA ROSA

Dezembro de 2018

Rosa Mello
F. C. Borges da Gama e Filhos
M. M. e F.
Lima

1 Identificação da entidade

1.1 Dados de identificação

Designação da entidade: Fundação M^a Rosa de Mello e Faro. C Borges da Gama e Filhos

Sede social: Quinta do Carvalho – Lugar Fontelas, 5050-027 Fontelas (Vila Real)

Natureza da atividade: Prossegue fins científicos, culturais e educativos para melhoria da vitivinicultura e engrandecimento da Região do Douro, bem como fins de beneficência e de solidariedade social.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

2.1.1 Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

2.1.2 Pressuposto do acréscimo

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

Rosa Inês
↓
Mey
↓
Sema

2.1.3 Consistência e agregação

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro.

2.1.4 Materialidade e Agregação

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode porém ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações no capital próprio e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

2.1.5 Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido pelas NCRF. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram rédito mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflita a substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

Rizotinas
H
M
Sima

2.1.6 Informação Comparativa

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que a NCRF-PE o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

2.2 Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC, tendo em vista a necessidade das demonstrações financeiras darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo do passivo e dos resultados da empresa.

3 Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

3.1.1 Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.1.2 Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de “Juros e rendimentos similares obtidos” se favoráveis ou “Juros e gastos similares suportados” se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em “Outros rendimentos e ganhos” se favoráveis e “Outros gastos ou perdas” se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

3.1.3 Ativos fixos tangíveis

Em 2018, a empresa optou pela utilização das Quotas Mínimas.

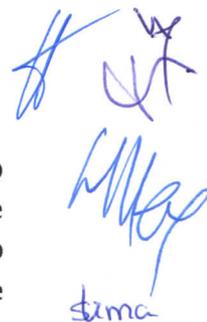
A aquisição dos bens dos ativos fixos tangíveis por doação proveniente do Testamento outorgado em 2009, (constituído por Edifícios urbanos geradores de renda e edificações inseridas nos prédios rústicos) estão mensurados ao justo valor, o qual passou a ser custo considerado. Tal proveio de avaliação efetuada por avaliador independente para instruir o processo do Reconhecimento na Presidência do Conselho de Ministros.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após o reconhecimento da Fundação encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

A estimativa da vida útil é reavaliada todos os anos, com as correspondentes correções aos valores líquidos, caso aplicável.

Os terrenos e recursos naturais estão incluídos nos Ativos Biológicos por razões apontadas no 3.1.5.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.



As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no item “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”, consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

3.1.4 Ativos Intangíveis

Em 2018, a empresa optou pela utilização das Quotas Mínimas.

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidos na demonstração dos resultados quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

Nos casos de ativos intangíveis, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

3.1.5 Ativos Biológicos

Os bens constituídos por vinhas situadas no Alto Douro e na região de Vinhos Verdes de Penafiel estão classificados em Ativos Biológicos, e estão valorizados ao Justo Valor.

O justo valor foi atribuído ao conjunto de ativos biológicos de produção com os terrenos onde estão implantados. Dada a idade avançada da vinha, o valor foi atribuído ao conjunto terreno e vinha e foi calculado por uma renda perpétua dos rendimentos líquidos das vinhas, gerados por uma produção potencial e não real. Sendo difícil identificar o justo valor dos ativos biológicos destrinchando-os dos terrenos, optou-se por incluir nesta rubrica vinha e terreno subjacente.

Em 2014 todos os Ativos Biológicos de produção (vinha) foram reavaliados tendo em conta o rendimento real, em vez do potencial, de que resultou uma desvalorização dos mesmos em € 1.198.979,13.

A capacidade potencial será só atingível através de investimentos de replantação, a serem efetuados nos próximos anos, aproveitando os Fundos Comunitários.

Ribeira
M. J.
M. J.
S. J.
S. J.

Em 2018 o Justo Valor dos ativos biológicos de produção foi atualizado em €371.726,66 pela incorporação dos investimentos do ano.

3.1.6 Imposto sobre o rendimento

A Entidade encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% sobre a matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce, ainda a tributações autónomas sobre os encargos de acordo com as taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

3.1.7 Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos de produção considerados como normais. Não incluem gastos de financiamento, nem gastos administrativos.

3.1.8 Clientes e outros valores a receber

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” estão reconhecidos pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, registadas na conta de “Perdas de imparidade acumuladas”, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.1.9 Caixa e depósitos bancários

Este item inclui a rubrica caixa, depósitos à ordem em bancos e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”. Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

Ruizinas

M
simc

3.1.10 Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.1.11 Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

3.1.12 Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

Os subsídios ao investimento em ativos biológicos relevados ao justo valor são contabilizados em resultados em conformidade com a NCRF-17.

Rozinas
H. J.
M. J.
B. J.

3.1.13 Financiamentos Bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

3.1.14 Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados de acordo com a NCRF 9 – Locações, reconhecendo a ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para este tipo de ativo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a estes inerentes.

3.2 Juízos de valor (exceptuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras anexas, com exceção para as estimativas, não foram efectuados juízos de valor, nem utilizados pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

Reservas
#1 #2
MAG
Sim

3.3 Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a empresa intenção nem necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

Não estão previstas quebras de atividade nem alterações que envolvam risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o próximo ano.

3.4 Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de activos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

Ver ponto 3.3.

4 Fluxos de caixa

4.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Descrição	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	85,21	18.779,20	19.514,47	-650,06
Depósitos à Ordem	153.195,82	1.302.293,48	1.425.611,29	29.878,01
Outros Depósitos Bancários	360.261,58	33.237,76	215.611,04	177.888,30
Saldo no final do período	513.542,61	1.354.310,44	1.660.736,80	207.116,25

Os elementos constantes do caixa e seus equivalentes encontram-se todos disponíveis para uso.

4.2 Outra Informação

Recebimentos Provenientes de:	2018	2017	Varição
Subsídios à Exploração	31.625,45	19.196,41	12.429,04

Reservas:
[Handwritten signatures and initials]

5 Partes Relacionadas

5.1 Partes Relacionadas

São Partes relacionadas e pessoal chave da gestão os seguintes membros da Administração da FUNDAÇÃO:

- Carlos Maria Tavares da Cunha Coutinho
- Maria Teresa de Alarcão Costa Neves
- Rosa Maria Rodrigues da Gama Imaginário
- Maria José Pais Pires de Lima da Cunha Coutinho
- Vasco Barbosa Gama da Cunha Coutinho

5.2 Remunerações do Pessoal Chave da Gestão

Ao pessoal chave da gestão foi atribuída a remuneração global de €34.570,40

5.3 Transações e saldos entre partes relacionadas

Não ocorreu qualquer transação entre partes relacionadas, nem consta qualquer saldo em balanço relativo a partes relacionadas.

Rozinas

 time

6 Ativos fixos tangíveis

6.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis, conforme quadro seguinte:

Descrição	Edifícios em prédios rústicos	Edifícios Urbanos	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	AFT em Curso	TOTAL
Quantia Bruta Escriturada Inicial	589.886,39	7.683.437,88	149.635,73	40.682,49	7.245,57	35.840,20	224.091,87	8.730.820,13
Depreciações Acumuladas iniciais	2.260,20	657.777,87	65.939,59	35.455,00	3.895,18	680,00		766.007,84
Quantia Líquida Escriturada Inicial	587.626,19	7.025.660,01	83.696,14	5.227,49	3.350,39	35.160,20	224.091,87	7.964.812,29
Movimentos do Período	0,00	-45.073,13	3.101,99	15.495,91	-1.278,28	0,00	-224.091,87	-251.845,38
Total de Adições	0,00	125.075,45	14.876,22	20.696,75	0,00	0,00	0,00	160.648,42
Aquisições em 1º mão		125.075,45	14.876,22	20.696,75				160.648,42
Outras								0,00
Total de Diminuições	0,00	170.148,58	11.774,23	5.200,84	1.278,28	0,00	224.091,87	412.493,80
Depreciações	0,00	170.148,58	11.774,23	5.200,84	1.278,28			188.401,93
Abates								0,00
Outras							224.091,87	224.091,87
Diminuições por Revalorização								0,00
Quantia Líquida Escriturada Final	587.626,19	6.980.586,88	86.798,13	20.723,40	2.072,11	35.160,20	0,00	7.712.966,91

7 Ativos Intangíveis

7.1 Divulgações sobre ativos intangíveis, conforme quadro seguinte:

Descrição	Programas de Computador	TOTAL
Quantia Bruta Escriturada Inicial	2.681,00	2.681,00
Depreciações Acumuladas iniciais	0,00	0,00
Quantia Líquida Escriturada Inicial	2.681,00	2.681,00
Movimentos do Período	-1.340,37	-1.340,37
Total de Adições	0,00	0,00
Aquisições em 1º mão	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00
Total de Diminuições	1.340,37	1.340,37
Depreciações	1.340,37	1.340,37
Abates	0,00	0,00
Quantia Líquida Escriturada Final	1.340,63	1.340,63

Resumo
 [Handwritten signatures and initials]

8 Ativos biológicos

8.1 Divulgações sobre ativos biológicos, conforme quadro seguinte:

Descrição	Ativos Biológicos não correntes	Ativos Biológicos Em curso	TOTAL
Quantia Bruta Escriturada Inicial	3.190.051,86	33.095,47	3.223.147,33
Depreciações Acumuladas iniciais	0,00	0,00	0,00
Quantia Líquida Escriturada Inicial	3.190.051,86	33.095,47	3.223.147,33
Movimentos do Período	289.883,49	81.843,17	371.726,66
Total de Adições	292.971,04	81.843,17	374.814,21
Aquisições em 1ª mão	292.971,04	81.843,17	374.814,21
Outras			0,00
Total de Diminuições	3.087,55	0,00	3.087,55
Depreciações	0,00	0,00	0,00
Abates	3.087,55		3.087,55
Outras			0,00
Diminuições por Revalorização	0,00		0,00
Quantia Líquida Escriturada Final	3.479.935,35	114.938,64	3.594.873,99

9 Subsídios do Governo e Apoios do Governo

9.1 Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou:

Descrição	2018			2017		
	Do Estado - Valor Total	Do Estado - Valor Total	Variação	Do Estado - Valor Imputado Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Variação
Subsídios ao investimento						
Para ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos Fixos Tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para ativos biológicos	109.463,75	300.909,44	-191.445,69	109.463,75	300.909,44	-191.445,69
Para outras naturezas de ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios à exploração						
Valor dos reembolsos efetuados no período						
De subsídios ao investimento	109.463,75	300.909,44	-191.445,69	109.463,75	373.462,02	-263.998,27
De subsídios à exploração	31.625,45	19.196,41	12.429,04	31.625,45	19.196,41	12.429,04
Total	141.089,20	320.105,85	-179.016,65	141.089,20	392.658,43	-251.569,23

Revisões
 # 47
 MGP
 suma

10 Inventário

10.1 Apuramento do Custo das matérias Vendidas e Mat. Consumidas

Descrição	Mat. Primas Subsid. E de Consumo	Total
APURAMENTO DO CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS		
Inventários iniciais	49.850,32	49.850,32
Compras	25.629,88	25.629,88
Reclassificação e regularização de inventários	0,00	0,00
Inventários finais	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	75.480,20	75.480,20

11 Locações

Descrição	Ativos fixos tangíveis	Total
Valor Bruto		
Quantia Bruta Escriturada Final	17.881,66	17.881,66
Amortizações/Depreciações Acumuladas	3.559,96	3.559,96
Quantia Líquida Escriturada Final	14.321,70	14.321,70
Total dos futuros pagamentos mínimos	17.881,66	17.881,66
Até um ano	4.274,53	4.274,53
De um a cinco anos	13.607,13	13.607,13
Mais de cinco anos	0,00	0,00

12 Custos de Empréstimos Obtidos

12.1 Custos de Empréstimos Obtidos Capitalizados por Tipo de Empréstimo

Descrição	Valor Contratual do Empréstimo	Custos de Empréstimos Obtidos Anuais Suportados	
		Total	Juros
Empréstimos Genéricos			
Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras	200.000,00	75.493,83	5.603,19
Empréstimos Específicos			
Participantes de Capital	0,00	0,00	0,00
Outros Participantes - Suprimentos e Outros Mútuos	0,00	0,00	0,00
TOTAL	200.000,00	75.493,83	5.603,19

Foi efetuada uma garantia bancária no montante de €331.000,00

47.
Mep
Simc

13 Acontecimentos após a data do Balanço

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Entidade do ano de 2018 poderão ainda ser sujeitas a revisão.

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração, podendo ser alteradas na Assembleia Geral.

Não existem acontecimentos ocorridos após a data do balanço com impacto nas demonstrações financeiras da empresa.

14 Imposto sobre o rendimento

Descrição	2018	2017	Variação
	Valor	Valor	
Resultado antes de impostos do período	-117.722,70	-105.169,54	12.553,16
Imposto corrente	11.924,30	16.292,98	4.368,68
Imposto diferido	0,00	0,00	0,00
Imposto sobre o rendimento do período	11.924,30	16.292,98	4.368,68
Tributações autónomas	2.862,79	1.901,86	-960,93
Taxa efetiva de imposto	-12,56%	-17,30%	-4,74%
Resultado Líquido do Exercício	-129.647,00	-121.462,52	8.184,48

Resumo
[Handwritten signatures]
Simca

15 Instrumentos Financeiros

15.1 Perdas por imparidade em ativos financeiros, conforme discriminação no quadro seguinte

Descrição	2018			2017			Variação
	Perdas por imparidade	Rev. Perdas Imparidade	Valor Líquido	Perdas por imparidade	Rev. Perdas Imparidade	Valor Líquido	
Dívidas a receber de clientes	18.876,37	0,00	18.876,37	18.876,37	0,00	18.876,37	0,00
Outras dívidas a receber	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Instrumentos de capital próprio e outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras perdas por imparidade em ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	18.876,37	0,00	18.876,37	18.876,37	0,00	18.876,37	0,00

15.2 Ativos e Passivos Financeiros correntes conforme quadro seguinte:

Descrição	2018	2017	Variação
	Mensurados ao custo	Mensurados ao custo	
Ativos financeiros:	167.587,82	152.198,29	15.389,53
Clientes	117.320,85	100.896,36	16.424,49
Adiantamentos a Fornecedores	0,00	0,00	0,00
Acionistas/Sócios	0,00	0,00	0,00
Outras Créditos a receber	50.266,97	51.301,93	-1.034,96
Passivos financeiros:	362.843,96	455.948,00	-93.104,04
Fornecedores	77.542,96	102.305,59	-24.762,63
Adiantamentos Clientes	36.500,00	76.109,00	-39.609,00
Financiamentos Obtidos	200.486,48	209.839,63	-9.353,15
Outras Dívidas a pagar	48.314,52	67.693,78	-19.379,26

Rozalimas
[Handwritten signatures]
Suma

16 Benefícios dos empregados, pessoas ao serviço e gastos com o pessoal

16.1 Pessoas ao Serviço e horas trabalhadas

Descrição	2018		2017		Variação	
	Nº médio de pessoas	Nº de horas trabalhadas	Nº médio de pessoas	Nº de horas trabalhadas	Nº médio de pessoas	Nº de horas trabalhadas
Pessoas ao serviço da empresa	15,00	30.464,00	16,00	33.280,00	(1,00)	(2.080,00)
Pessoas ao serviço da empresa por tipo horário						
Pessoas a tempo completo	15,00	30.464,00	16,00	33.280,00	(1,00)	(2.080,00)
Pessoas ao serviço da empresa por sexo						
Masculino	5,00	10.352,00	6,00	12.480,00	(1,00)	(2.080,00)
Feminino	10,00	20.112,00	10,00	20.800,00	0,00	0,00

16.2 Gastos com o Pessoal

Descrição	2018	2017	Variação
	Valor	Valor	
Gastos com o pessoal	256.829,20	278.965,40	-22.136,20
Remunerações dos Órgãos Sociais	0,00	0,00	0,00
Remunerações do Pessoal	213.433,96	235.031,68	-21.597,72
Benefícios pós emprego			0,00
Indemnizações			0,00
Encargos sobre remunerações	40.202,25	40.095,87	106,38
Seguros de acidentes de trabalho	2.647,93	2.347,53	300,40
Outros gastos com o pessoal	545,06	1.490,32	-945,26

17 Capital Próprio

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Fundos	13.661.415,36			13.661.415,36
Reservas legais	1.664,73			1.664,73
Resultados transitados	(1.529.244,44)	121.462,52		(1.650.706,96)
Excedentes de revalorização	(384.767,75)			(384.767,75)
Outras Variações no capital próprio	51.224,00			51.224,00
Total	11.800.291,90	121.462,52	0,00	11.678.829,38

Rob Dias
H W
MMP
Uma

18 Divulgações exigidas por diplomas legais

18.1 Informação por atividade económica

Descrição	2018		2017		Variação
	Atividade CAE 3	Total	Atividade CAE 3	Total	
	01210/68200		01210/68200		
Vendas	192.194,91	192.194,91	52.684,83	52.684,83	139.510,08
De Produtos Acabados		0,00		0,00	0,00
Produtos Acabados e Intermédios, Subprodutos e Desperdícios	192.194,91	192.194,91	52.684,83	52.684,83	139.510,08
Prestações de serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	206.665,82	206.665,82	187.106,32	187.106,32	19.559,50
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	75.480,20	75.480,20	25.189,48	25.189,48	50.290,72
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo	75.480,20	75.480,20	25.189,48	25.189,48	50.290,72
Variação nos Inventários de Produção	0,00	0,00	49.850,32	49.850,32	-49.850,32
Número Médio de Pessoas ao Serviço	15	15	16	16	-1
Gastos com o pessoal	256.829,20	256.829,20	278.965,40	278.965,40	-22.136,20
Remunerações	213.433,96	213.433,96	235.031,68	235.031,68	-21.597,72
Outros	43.395,24	43.395,24	43.933,72	43.933,72	-538,48
Ativos fixos tangíveis	7.712.966,91	7.712.966,91	7.964.812,29	7.964.812,29	0,00
Quantia Escriturada Final	7.712.966,91	7.712.966,91	7.964.812,29	7.964.812,29	0,00
Total de Aquisições	160.648,42	160.648,42	272.154,96	272.154,96	0,00
Das quais Edifícios e Outras Construções	125.075,45	125.075,45	256.906,97	256.906,97	0,00
Adições no Período de Ativos em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

18.2 Informação por mercado Geográfico

Descrição	2018				2017	Variação
	Mercado Interno	Comunitário	Extracomunitário	Total		
Vendas	192.184,91			192.184,91	52.684,83	139.500,08
Prestações de serviços				0,00	0,00	0,00
Compras				0,00	0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	206.665,82			206.665,82	187.106,32	19.559,50
Outros Rendimentos e Ganhos	411.448,03			411.448,03	747.817,08	-336.369,05

19 Outras Divulgações

Satisfazendo o regulado no artigo 66-A do Código das Sociedades Comerciais, temos a referir que foram atribuídos honorários de €5.400,00 por ano ao Revisor Oficial de Contas de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018.

A Administração informa que a Fundação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Fundação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Administração / Gerência

Contabilista Certificado

Susana Lima

Terço-Alcancal Cont. e Rev.
Vano Az Couto
Zona Renã do 6.º Ave. Magalhães
[Assinatura]
Luís Pedro Lobo Lobo